

Convocação do Congresso pode sair hoje

8 DEZ 1987

JORNAL DA TARDE

Nas contas do presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena (PMDB-PB), com as assinaturas de mais 83 deputados a serem colhidas hoje já serão atingidos os 2/3 necessários à convocação extraordinária da Câmara e do Senado para trabalharem durante o recesso parlamentar que iria de 5 de dezembro a 28 de fevereiro. No entanto, segundo os cálculos do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, como 290 deputados já assinaram o pedido, só faltam 35 adesões na Câmara. No Senado, a convocação já é fato decidido, pois 2/3 da instituição representam 48 senadores, e a petição já foi assinada por 60 deles, nas listas de Chiarelli, e por 56, nas de Lucena. De qualquer forma, ambos acreditam que a convocação será feita ainda hoje, "com muitas adesões a mais que as necessárias", diz Chiarelli.

No pedido, especifica-se que durante o período de trabalhos extraordinários deverá ser dada prioridade para qualquer projeto ou decisão de executivo suscetível de análise em matéria tributária. Em outras palavras, os parlamentares não querem se omitir no exame do pacote fiscal que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, aparentemente preferia fazer vigorar como decreto-lei, durante o recesso.

"Seria mais inteligente que o Executivo enviasse um projeto de lei ao Congresso, para que pudessem ser aperfeiçoadas as propostas de alteração no sistema tributário", disse Chiarelli, garantindo que, se a fórmula adotada pelo governo for a do decreto-lei, ele será imediatamente analisado para aprovação ou rejeição.

Lucena, o presidente do Congresso, justifica a convocação extraordinária com a alegação de que o Senado e a Câmara devem funcionar sem interrupção durante todo o período de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, inclusive para dar-lhe apoio logístico.

A convocação, ainda segundo o senador paraibano, é importante também para que o Congresso não se omita na eventualidade de o governo baixar as alterações fiscais por meio de decreto-lei. Ele acha também que o Executivo poderá até mesmo optar pela remessa de mensagem projeto de lei sobre a matéria, na hipótese de se efetivar a convocação extraordinária. O parlamentar diz ainda que as duas casas do Legislativo precisam funcionar normalmente durante as votações da Constituinte, já que a nação atravessa uma crise econômico-política, necessitando de tribunas para as manifestações parlamentares. "Pior seria ir para casa", afirmou o presidente do Congresso.

Mas o multipresidente Ulisses Guimarães (do PMDB, da Câmara e da Constituinte) disse ontem que será muito difícil atingir o quórum mínimo de 2/3. "É mais fácil fazer uma revolução do que uma reforma econômica", gracejou Ulisses, acentuando em seguida que a aprovação da reforma pretendida pelo governo dependerá ainda de conversas do ministro Bresser Pereira com setores políticos que apoiam o presidente Sarney.

Os parlamentares também querem votar durante o recesso uma parte dos 43 decretos-leis, dos 7 vetos e dos inúmeros projetos de lei do Executivo e do Legislativo pendentes no Congresso. E caso lá chegue, também poderá ser discutido, por exemplo, o projeto de lei do Executivo para a alteração da Lei do Inquilinato, que contém mudanças no sistema tributário, com a concessão de incentivos fiscais a inquilinos e locadores. Também haveria interesse na votação do pacote antiviolença (que altera a Lei Freyre).